

Trajetórias das licenciaturas da UnB: a experiência do Prodocência em foco

Maria Lidia Bueno Fernandes (organizadora)



Reitor

José Geraldo de Sousa Júnior

Vice-Reitor

João Batista de Sousa

Decanato de Ensino de Graduação

José Américo Soares Garcia

Diretoria Técnica de Graduação

Sérgio Antônio Andrade de Freitas

**Diretoria de Ensino de Graduação a Distância e
Gestão da Informação**

Iran Junqueira de Castro

**Coordenação Operacional de Ensino e Graduação a Distância -
Coordenação Institucional do Programa Universidade Aberta do Brasil**

Maria Lidia Bueno Fernandes

Rui Seimetz - Coordenação Adjunta

EDITORA



UnB

Diretora

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Conselho Editorial

Angélica Madeira

Deborah Silva Santos

Denise Imbroisi

José Carlos Córdova Coutinho

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – *Pres.*

Neide Aparecida Gomes

Roberto Armando Ramos de Aguiar

Trajetórias das licenciaturas da UnB: a experiência do Prodocência em foco

Maria Lidia Bueno Fernandes (organizadora)

Licenciandos bolsistas: Aline C. Bocki, Ana Carolina Lima, Andressa Urtiga Moreira, Andrezza Romênia Lima de Abreu, Clara Braga de Oliveira e Silva, Elisabeth Vieira da Silva Lopes, Flavia Costa Lima, Igor Soares dos Santos, Jordana Timotheo Machado, Joseane Freitas, Juliana Barbosa Dantas da Silva, Karine Lopes Ribeiro, Loraine Borges Guimarães, Luana Maria Oliveira, Lucas Almeida Alencar, Maria Eugênia Matricardi, Mariana Xavier Pereira, Maynnã Barros do Amaral, Nayara dos Santos Nogueira, Raffael Almeida Dias Duarte, Roseane Freitas, Samara dos Anjos Costa, Tauana Macedo de Britto Pereira e Parreiras, Tayane Dias Gomes Pessôa, Viviane Farias, Washington Augusto da Cunha Pires.

Professores: Alice Melo Ribeiro, Belidson Dias, Cristiano Alberto Muniz, Cristina M. Madeira Coelho, Denise Imbroisi, Erika Zimmerman, Felícia Johansson Carneiro, Fernando Luiz Araújo Sobrinho, Flávia Narita, Márcia Abrahão Moura, Maria Clarisse Vieira, Maria Isabel Montandon, Maria Lidia Bueno Fernandes, Nina Laranjeira, Olgamir Amancia Ferreira de Paiva, Rosana Andréa de Castro, Rozana Reigota Naves, Waleska Valença Manyari.



UnB



50¹⁹⁶²₂₀₁₂

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

Decanato de Ensino de Graduação
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Prédio da
Reitoria - Térreo
CEP: 70910-900 Asa Norte – Brasília – DF, Brasil
Tel.: (61) 3368-4027 Fax: (61)3349-3730
Home page: www.unb.br

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Fax (61) 3035-4230
Site: www.editora.unb.br
E mail: contato@editora.unb.br

EQUIPE EDITORIAL

Editora de publicações

Nathalie Letouzé Moreira

Coordenação de produção gráfica

Marcus Polo Rocha Duarte

Revisão

Ângela Sillos; Ramiro Galas Pedrosa; Sônia Margarida Ribeiro Guedes da Rocha;
Vânia Barbosa

Supervisão gráfica

Elmano Rodrigues Pinheiro e Luiz A. R. Ribeiro

Capa

Rosana Andréa de Castro; Sanny Saraiva

Diagramação

Sanny Saraiva

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília

Copyright © 2012 by Editora Universidade de Brasília. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica

T768 Trajetórias das licenciaturas da UnB : a experiência do
Prodôncia em foco / Maria Lidia Bueno Fernandes, organizadora. _ 2. ed. rev. ampl.
- Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.
194 p. ; 22 cm.

ISBN 978-85-230-1058-4

1. Educação superior - Brasília. 2. Universidade de Brasília – licenciaturas. 3. Universidade de Brasília – programas de ensino. 4. Prodôncia. I. Fernandes, Maria Lidia Bueno (org.).

CDU 378(817.4)

À
Professora Erika Zimmermann
In Memoriam

Sumário

Apresentação	9
Prof. ^a Dra. Denise Imbroisi, Prof. ^a Dra. Nina Laranjeira e Prof. ^a Dra. Márcia Abraão Moura	
Cultura universitária e sentidos da docência: cursos de licenciatura da UnB frente às políticas públicas de expansão das universidades públicas	13
Prof. ^a Dra. Cristina M. Madeira Coelho	
Desafios e perspectivas para a formação de professores na UnB – a experiência da Coordenação de Integração das Licenciaturas	29
Prof. ^a Dra. Maria Isabel Montandon	
A formação docente na experiência do Prodocência na UnB	41
Prof. ^a Dra. Maria Lidia Bueno Fernandes e Prof. ^a Dra. Rozana Reigota Naves	
Aprendendo a lecionar Ciências no ensino fundamental: um trabalho colaborativo escola-universidade	61
Prof. ^a Dra. Erika Zimmerman e Prof. Dr. Cristiano Alberto Muniz	
Relato das experiências: licenciandos da Pedagogia	69
Formação docente e o ensino de Ciências Naturais	99
Prof. ^a Dra. Alice Melo Ribeiro, Prof. ^a Dra. Maria Clarisse Vieira e Prof. ^a Dra. Olgamir Amância Ferreira de Paiva	
Relato das experiências: licenciandos da FUP	109
Formação docente e o uso de novas tecnologias em sala de aula: a experiência do ensino da cartografia através do Google Earth	125
Prof. ^a Dra. Waleska Valença Manyari e Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho	
Relato das experiências: licenciandos da Geografia	142
Arte/Fatos: cultura visual e formação de professores	147
Prof. Dr. Belidson Dias, Prof. ^a Dra. Felícia Johansson Carneiro, Prof. ^a Msc. Flávia Narita e Prof. ^a Msc. Rosana Andréa de Castro	
Relato das experiências: licenciandos do IdA	162
Minicurrículos dos autores	185

Desafios e perspectivas para a formação de professores na UnB – a experiência da Coordenação de Integração das Licenciaturas

Prof.^a Dra. Maria Isabel Montandon

A qualidade da formação de professores tem sido temática de interesse nacional e alvo de ações governamentais, por ser entendida como uma das formas de superação dos problemas da educação básica. As reformas curriculares para os cursos de licenciatura, concretizada nas Resoluções CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002 e CNE/CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002,¹ trouxeram propostas de mudanças e inovações ao modelo denominado *três mais um*,² até então referência para a organização dos currículos universitários. Conforme esses documentos, a licenciatura deveria ser reconhecida como um curso com estrutura e identidade próprias, a exemplo do bacharelado.

As políticas públicas para a formação docente no Brasil vêm tomando vulto nos últimos anos com o investimento governamental em diversas frentes. Em abril de 2007, o Ministério da Educação-MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, propondo diversas ações e programas em continuidade às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2007). Além disso, apresentou alterações político-administrativas, indicando a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Capes como agência responsável pelas ações referentes à formação de professores da educação básica.

Congruentes com esses princípios, foram lançados o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007) e o Sistema Nacional de Formação de Profissionais do Magistério, concretizado no Decreto nº 6.755/2009, de 29 de janeiro de 2009. Este decreto institui a Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Capes no fomento a programas para qualificação e valorização da

- 1 Esta resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, para a licenciatura de graduação plena
- 2 Formato de licenciatura em que o estudante cursa os três primeiros anos no bacharelado e, somente no último ano, realiza complementação pedagógica.

docência na formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e à distância (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, foram apresentados o Programa de Consolidação das Licenciaturas-PRODOCÊNCIA e o Programa de Incentivo à Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID, voltados especificamente para a valorização e incentivo à docência, qualificação do ensino básico e fortalecimento dos cursos de formação de professores.

Apesar dos questionamentos sobre as bases e características dos planos e propostas lançadas pelo governo (FREITAS, 2007; SAVIANI, 2007) e da observação de que elas acontecem mais no âmbito de formação do que de atuação e do trabalho docente (ARROYO, 2007), a percepção geral é de que esse é um momento profícuo para se discutir e participar das ações que propõem a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Formação de professores na UnB

Na UnB, discussões sobre a qualificação dos cursos de formação de professores registram a atuação de duas comissões formadas por docentes com interesse nessa temática: o Grupo Permanente de Acompanhamento das Licenciaturas-GPAL, seguido pelo Núcleo de Estudos e Avaliação das Licenciaturas-NEAL. Essas comissões foram criadas pelo Decanato de Graduação-DEG³ em épocas diferentes, mas com funções semelhantes. O primeiro, GPAL,⁴ por ocasião da implementação dos cursos de licenciatura noturnos (1993), e o segundo, NEAL, em decorrência da nova legislação para os cursos de licenciatura (2002). O GPAL produziu documentos orientadores aos projetos dos cursos de licenciaturas, incluindo: o Projeto Acadêmico Orgânico dos Cursos Noturnos de Licenciatura (1993), a Implementação do Projeto Acadêmico Orgânico dos Cursos Noturnos de Licenciatura: uma nova política de formação de professores (1997) e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura (1998).

3 O Decanato de Ensino de Graduação – DEG, órgão diretamente ligado à Reitoria, é responsável pela administração dos cursos de graduação.

4 Comissão criada em 14 de abril de 1993 (Resolução no. 60/93) pelo Reitor da Universidade de Brasília, prof. Antônio Ibañez Ruiz

O NEAL foi constituído logo após a promulgação das Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 02/2002. O DEG criou uma comissão formada por professores de diferentes cursos de licenciatura com o objetivo de analisar as referências legais e os documentos produzidos pelo GPAL, como base para a elaboração de diretrizes internas que orientassem as reformas curriculares dos cursos da UnB. Em 2003, essa comissão elaborou o documento intitulado Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura da UnB, ainda uma referência para as discussões sobre o tema.

Em 2008, a UnB aprovou o Plano de Reestruturação das Universidades Federais-Reuni, instituído pelo governo federal no Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Consoante com o movimento para valorização de professores e com os objetivos do Reuni, o DEG propôs um espaço administrativo para os cursos de formação de professores vinculado ao próprio decanato, criando a Coordenação de Integração das Licenciaturas-CIL. De acordo com ato do DEG nº 14/2008, a CIL tem a função de “promover a integração dos cursos de licenciatura da UnB, bem como coordenar ações e projetos que visem a melhoria dos cursos de licenciatura”. Essa coordenação conta com o apoio da Comissão de Licenciaturas, composta por representantes dos diversos cursos de licenciatura da UnB,⁵ que se constitui como vínculo entre as unidades e a administração. Ela tem como objetivo realizar diagnósticos, compartilhar ações e discutir questões relacionadas à formação docente de cada unidade.

Um dos primeiros desafios da CIL foi retomar as reformas curriculares previstas por lei, uma vez que, até recentemente, quase todos os cursos da UnB funcionavam ainda no modelo *três mais um*. Com a possibilidade de criar novos cursos e ampliar o corpo docente, com o atual processo de avaliação dos cursos pelo MEC, com o apoio da Coordenação Pedagógica⁶ e com os resultados positivos das experiências obtidas nos editais PIBID e Prodocência,⁷ as unidades voltaram a trabalhar em seus projetos pedagógicos e reformas curriculares.

5 Atualmente, dezessete cursos de licenciatura presenciais e onze a distância.

6 Criada no âmbito do Reuni em 2008, com o objetivo de analisar as propostas político-pedagógicas dos novos cursos e das reformas curriculares dos cursos antigos.

7 A UnB participou dos editais PIBID e Prodocência em 2008 e 2010.

A CIL e a Comissão de Licenturas oportunizam um espaço para que professores atuantes e comprometidos com a qualificação dos cursos de formação de professores possam compartilhar suas experiências e propor soluções inovadoras para os problemas enfrentados em suas unidades. As reuniões realizadas na comissão entre 2008 e 2010 motivaram a criação de fóruns e seminários⁸ para a discussão e reflexão de temáticas consideradas de interesse para a área. A realização de fóruns e seminários temáticos constituem-se como espaços para apresentações, diagnósticos, discussões conceituais, exposição de experiências e modelos, além de funcionarem como um local de articulação e colaboração entre professores do ensino básico e superior e alunos dos diversos cursos.

Situação das licenciaturas na UnB

Os problemas constatados nos cursos de licenciatura na UnB são similares aos já encontrados em outras universidades (CATANI, 1986; LÜDKE, 1994; GATTI; BARRETO, 2009; SOUZA, 2007) e são resultantes do descaso histórico das universidades com os cursos de formação de professores, do desprestígio das atividades didático-pedagógicas em relação às atividades de pesquisa e do lugar secundário das licenciaturas nas unidades e colegiados.

Dentro do modelo que inspira a universidade brasileira, a formação de professores ocupa um lugar bastante secundário. Nele as prioridades são concentradas nas funções de pesquisa e elaboração do conhecimento científico, em geral consideradas como exclusividade dos programas de pós-graduação. Tudo o que não se enquadra dentro dessas atividades passa, em geral, para um quadro inferior, como são as atividades de ensino e formação de professores [...] tanto que as avaliações das universidades e mesmo progressão docente são baseadas quase exclusivamente nas produções de pesquisa. (LÜDKE, 1994, p. 6).

Nos encontros com docentes e discentes das diversas unidades da UnB durante o processo de reforma curricular e também nos fóruns e seminários promovidos pela CIL e nas reuniões da Comissão de Licenciatura, foi possível conhecer as características de cada curso, as conquistas individuais e os problemas coletivos. Todos relataram a falta de identidade, de espaço e de representatividade

8 A CIL realizou seminários com as seguintes temáticas: Marcos Legais e Reformas Curriculares; Práticas Docentes: concepções e ações; Saberes Docentes e Formação de Professores; Demandas e Desafios da Profissão Docente; Disciplinas de Serviço das Licenciaturas; Práticas de Ensino e Estágio Curricular Docente, Seminário Interno de Reforma das Licenciaturas.

dos cursos de licenciatura nas unidades. De forma geral, a licenciatura ainda é vista como um apêndice do bacharelado, um curso de menor qualidade. Em muitos casos, os colegiados não reconhecem a formação de professores como de sua responsabilidade, nem a necessidade de saberes específicos para formar esses profissionais. Isso indica que o movimento de valorização do magistério deve incluir a própria universidade.

Possivelmente resquício do modelo *três mais um*, paira a noção de que a responsabilidade de formação do professor é apenas da Faculdade de Educação, e que às unidades cabe ensinar os conteúdos específicos. Há escassez de professores para atuar nas licenciaturas e, em muitos casos, são professores sem formação ou experiência na área que estão responsáveis pelas disciplinas pedagógicas. Há excesso de trabalho e de alunos para aqueles que atuam com a formação docente específica, especialmente em disciplinas como os Estágios Supervisionados. Em algumas unidades, constatou-se que as práticas docentes ficam a cargo do apoio de professores cedidos pela Secretaria de Educação para atuarem como orientadores nessa disciplina.

Por constituir-se como minoria em relação à representação dos cursos de bacharelado, há sempre tensões nas deliberações colegiadas, como propostas de reformas curriculares, perfil de vagas para novos docentes, dentre outras. Isso tem comprometido a autonomia e o poder de decisão dos cursos de licenciatura, criando constantes situações desfavoráveis ao desenvolvimento da área de formação de professores nas universidades. Embora os marcos legais ressaltem que as licenciaturas devam ter estrutura e identidade próprias, não foi observado nenhum caso de colegiado específico para esses cursos.

Além dessas questões relatadas, docentes da UnB apontaram também a ausência ou escassez de comunicação entre os departamentos. Esse isolamento é percebido também dentro das próprias unidades, entre as áreas específicas e pedagógicas.

A desqualificação do profissional professor está presente também no discurso dos alunos ingressantes nos cursos de licenciatura. O perfil dos alunos mostra que poucos estão nos cursos por vocação ou motivação em exercer a docência. Em sua maioria, eles declaram não planejarem se tornar professores, atribuindo a presença

no curso à falta de opção (daqueles que só podem estudar à noite), por serem menos concorridos, ou como segunda opção caso não consigam outra profissão. Muitos temem a sala de aula e a realidade das escolas, os baixos salários e as precárias condições de trabalho. Todas essas questões têm como consequência o alto índice de evasão e a pouca procura pelos cursos de licenciatura.

Depoimentos e relatos daqueles que já estão na profissão, como egressos, professores e diretores de escolas, feitos em fóruns realizados pela CIL, indicam que eles não se sentem preparados pelos cursos de licenciatura para enfrentarem as demandas e desafios do trabalho docente no Brasil atual. Avaliam que esses cursos promovem uma boa formação em conteúdos, mas com insuficiente preparação didático-pedagógica, além de várias outras habilidades que extrapolam as questões conceituais e didáticas, percebidas como necessárias para dar conta do exercício profissional.

Para eles, o perfil da maior parte dos cursos está fortemente centrado nas disciplinas específicas do bacharelado, há falta de experiência na docência e as disciplinas de serviço⁹ não são suficientes para dar conta dos saberes necessários para se exercer a docência. A maioria dos cursos proporciona o contato com a experiência prática somente no último ou nos últimos anos do curso e, em muitos casos, o orientador não acompanha de forma sistemática a trajetória do aluno.

Outros relatos indicam que mesmo as disciplinas pedagógicas têm se concentrado na teoria, mostrando que a estrutura de muitos cursos e disciplinas tende a privilegiar a teoria em detrimento da formação em um contexto prático e articulado com a realidade profissional.

As informações verificadas nos relatos de professores, alunos e egressos da UnB concordam com pesquisas realizadas por Diniz-Pereira (2000) e Gatti e Barreto (2009) sobre a formação docente, mostrando o distanciamento ainda existente entre a formação acadêmica e as demandas atuais da prática docente. Elas indicam também a necessidade de mais avaliações, pesquisas e modificações nos cursos de licenciatura.

9 Nos cursos de licenciatura, são disciplinas criadas na década de 1980 em outros departamentos como a Educação e Psicologia, consideradas complementares aos currículos de formação de professores.

Desafios para a implantação das reformas curriculares

O trabalho articulado da CIL e da Coordenação Pedagógica no âmbito do DEG tem propiciado o desenvolvimento de ações sistemáticas e institucionalizadas com o objetivo de promover a discussão continuada sobre princípios, concepções, processos e ações didático-pedagógicas, tanto para a implantação dos novos cursos quanto para a revisão de projetos político-pedagógicos dos cursos já existentes.

No entanto, as reformas curriculares vêm se deparando, dentro da cultura acadêmica, com as dificuldades anteriormente relatadas. A primeira delas refere-se ao suprimento de profissionais capacitados para atuar nos componentes pedagógicos dos cursos de licenciatura. Mesmo com a abertura de novos cursos de licenciatura, presenciais e a distância, e a abertura de vagas para compor seu corpo docente, muitos colegiados resistem à ideia de contratar professores com formação e experiência adequadas para atuar na formação de professores, insistindo no perfil de profissional “puro sangue”,¹⁰ com a preocupação maior de expandir o quadro dos cursos de pós-graduação e bacharelado. Assim, perpetua-se o problema de implementação das disciplinas e componentes pedagógicos dos cursos de licenciatura dentro das diretrizes estabelecidas.

Uma das mudanças de maior impacto nas reformas curriculares foi a inclusão de oitocentas horas de práticas docentes. O papel da vivência docente desde o início do curso tem sido ressaltado por vários autores. Para Libâneo e Pimenta (1999, p. 267):

A profissão de professor precisa combinar sistematicamente elementos teóricos com situações reais. Por essa razão, ao se pensar um currículo de formação, a ênfase na prática como atividade formadora aparece, à primeira vista, como exercício formativo para o futuro professor. Entretanto, em termos mais amplos, é um dos aspectos centrais na formação do professor, em razão do que traz consequências decisivas para a formação profissional.

Os relatos de experiências de prática docente vivenciadas desde o início do curso (PEACs,¹¹ Prodocência, PIBID) apontam para uma profunda transformação na perspectiva do licenciando em relação a seu percurso de formação docente e

10 Professores com formação apenas nos conteúdos específicos.

11 Projetos de Extensão de Ação Contínua na UnB.

à própria identidade profissional. No entanto, as dificuldades de compreensão do papel e da função das práticas docentes nas propostas curriculares das licenciaturas continuam em muitas unidades.

Embora indicada como componente ao longo do curso nos documentos oficiais e amplamente discutida como princípio básico, a inserção do licenciando no seu objeto de formação – docência – desde o início do curso encontra várias resistências, seja por ignorância epistemológica, seja pela histórica abordagem apendicular dos cursos de licenciatura nas universidades. Muitas propostas apresentadas para a reforma dos currículos se configuram mais como “pseudo-mudanças”, como a colocação de créditos práticos em disciplinas teóricas do bacharelado, mudança de nome de disciplinas ou aumento no número de créditos dos estágios supervisionados, camuflando as horas de práticas¹² como componente curricular que deveriam estar presentes desde o início do curso. Como observam Lüdke (1994) e Gatti e Barreto (2009), essas são mudanças puramente formalistas e periféricas, que não atingem as questões centrais e básicas.

Em algumas unidades, o colegiado resiste à aprovação de currículos mais flexíveis que negociem propostas do bacharelado com as da licenciatura, entendendo ainda a reforma curricular como o acréscimo de horas e disciplinas pedagógicas ao currículo já estabelecido de bacharelado. Na maior parte das unidades, o processo de tentativa de mudanças da cultura acadêmica desenvolve-se lentamente, acompanhado de tensões históricas e de resistência ao fortalecimento e identidade dos cursos de licenciatura.

Avanços e perspectivas para o futuro

As reformas curriculares não garantem, necessariamente, mudança do *status* dos cursos de licenciatura dentro da universidade, nem mesmo uma melhoria real dos cursos. Entretanto, a mobilização de professores em prol de um objetivo comum tem sido um momento profícuo de análises, discussões, revisões conceituais e

12 A Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior, como 2.800 horas, em seu artigo 1º, que trata da articulação teoria-prática, itens I e II, estabelece as seguintes obrigatoriedades:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso.

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso.

propostas de ações efetivas para qualificar os cursos de formação de professores na UnB. A contratação de novos professores com experiência, formação pedagógica e conhecimento das realidades educacionais tem trazido motivação e força ao empenho de professores do quadro que sempre lutaram pela melhoria dos cursos, apontando perspectivas de avanço nas discussões e ações no médio e longo prazo.

Pela primeira vez, a administração da UnB tem um espaço legítimo para as questões específicas referentes aos cursos de licenciatura. A criação da CIL e da Comissão de Licenciaturas abriu espaço para o diálogo entre administração e unidades e entre os professores dos diversos cursos presenciais e a distância, oportunizando possibilidades de soluções criativas para o enfrentamento dos problemas relacionados à formação docente, de forma orgânica e articulada.

Em alguns departamentos, as reformas curriculares apresentam projetos inovadores, criativos, dinâmicos, em que a prática docente e a inserção nos campos de trabalho se constituem como eixos estruturantes do percurso de formação. Quase todas as unidades caminham para a finalização de suas reformas e muitas iniciam sua implementação, reforçando a necessidade de contínuo diálogo e compartilhamento entre as unidades sobre as experiências e resultados de suas propostas curriculares.

Os editais Prodocência e PIBID trouxeram um novo impulso para a qualificação dos cursos de formação de professores nas universidades brasileiras. Na UnB, a participação dos departamentos tem sido cada vez maior.¹³ O DEG tem se empenhado em envolver todos os departamentos nos projetos, de forma que as experiências vivenciadas sejam absorvidas nas propostas curriculares, potencializando e convergindo esforços em direção à qualificação dos cursos.

A CIL trabalha, no momento, com o fortalecimento das relações da universidade com a Secretaria Estadual de Educação, com a sistematização dos estágios supervisionados docentes e com o resgate de formas de trabalho colaborativo, em permanente diálogo entre as pessoas participantes. O objetivo é construir propostas atuais, pautadas no diálogo, na troca de experiências e no potencial dos seres humanos envolvidos,

13 No primeiro Edital Pibid, participaram quatro departamentos; no edital 2010, há dez departamentos participando. No Prodocência, Edital nº 002/2008, havia quatro projetos envolvendo seis cursos de licenciatura diferentes; a edição atual, referente ao Edital nº 028/2010, abrange seis projetos e sete cursos de licenciatura. Nele, o foco está na realização de diagnósticos dos cursos de licenciatura da UnB.

que saiam do protótipo de docente idealizado, mitificado e contemple as formas cotidianas de viver a docência, as instabilidades vivenciadas nas situações de trabalho, os saberes, os impasses, as certezas e incertezas do trabalho com os quais a docência se defronta diariamente na diversidade dos contextos escolares (ARROYO, 2007, p. 194).

Reconhecemos a necessidade de estimular a produção de diagnósticos e de pesquisas sobre a formação docente na UnB e divulgar aquelas já realizadas dentro da própria instituição. Além de estimular ações que visem maior integração e articulação entre cursos e profissionais, potencializando a realização de trabalhos colaborativos. Para isso, a CIL trabalha na sedimentação dos canais de relacionamento online entre os diferentes grupos relacionados às licenciaturas.¹⁴ Há necessidade também de fortalecer a representação das licenciaturas nas diversas instâncias deliberativas.

No processo de fortalecimento e valorização das licenciaturas, é importante lembrar e reconhecer o trabalho e o comprometimento de tantos professores, que, muitas vezes, de forma solitária e quase sempre anônima, não mediram esforços para oferecer uma formação de qualidade aos seus estudantes.

Reconhecer que a formação de professores é de responsabilidade da universidade e respectivas unidades, concretizada em suas três dimensões – pesquisa, ensino e extensão – abre caminhos para um novo *status* dos cursos de licenciatura na comunidade acadêmica, potencializando esforços para a construção de uma licenciatura autônoma, fortalecida e que realmente cumpra com qualidade o que se propõe – formar profissionais professores.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel González. Condição docente, trabalho e formação. In: SOUZA, João Valdir Alves de (Org.). *Formação de professores para a educação básica* – De anos da LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação, Razões, Princípios e Programas-PDE. Brasília: MEC, 2007.

14 Entre esses grupos, destacamos o de professores que trabalham com o Estágio Supervisionado, os coordenadores de projetos dos editais PIBID e Prodocência e os representantes da Comissão de Licenciaturas.

BRASIL. Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CATANI, Denise Bárbara et al. (Orgs.). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. *Formação de professores: pesquisas, representações e poder*. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

FREITAS, H. C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 especial, p. 1.203-1.230, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

LIBÂNEO, J. C; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação e Sociedade*. Campinas: Cedes, ano 20, n. 69, p. 239-277, 1999.

LÜDKE, Menga. Avaliação institucional: formação de docentes para o ensino fundamental e médio (as licenciaturas). *Cadernos CRUB*, v. 1, n. 4, Brasília, 1994.

SAVIANI, D. O Plano de desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 especial, p. 1.231-1.255, out. 2007. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

SOUZA, João Valdir Alves de. Licenciaturas na UFMG: desafios, possibilidades e limites. In: _____. (Org.). *Formação de professores para a educação básica - De anos da LDB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

